

RELATÓRIO DE CUSTOS

PROGRAMA TEMÁTICO 2015 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Considerando as competências estabelecidas aos órgãos setoriais de custos na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, em elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor a Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União, e ainda, as instruções da Controladoria-Geral da União – CGU formalizadas por meio da Portaria CGU nº 50.123/2015, que dispõe acerca das diretrizes gerais para a elaboração da PCPR, e da Norma de Execução nº 01/2016 que estabelece que as orientações relacionadas aos relatórios de custos da PCPR serão repassadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o Ministério da Saúde – MS, representado pela sua Setorial de Custos, disponibiliza neste relatório informações sobre o custo parcial do **Programa Temático 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde** e dos seus respectivos **Objetivos: 0713** - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar; e **0726** - Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS. ;

Ressalta-se que os resultados de custos apresentados neste relatório seguiram estritamente a regra de cálculo para a formação da métrica de custo utilizada pela STN e contemplados no Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC por meio dos Relatórios Padronizados para PCPR. Além disso, foram dados pela STN os procedimentos para elaboração dos relatórios de custos por meio da Orientação Normativa nº 01/2016.

Ademais, notou-se a ausência de uma série de informações relativas aos resultados do exercício de 2015 devido a problemas na captação e tramitação das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, também notada em menor número no exercício de 2016. Assim sendo, foram necessários ajustes manuais nos valores de algumas ações orçamentárias com base nas informações fornecidas pelas áreas técnicas, bem como nas informações dispostas no SIOP.

Por fim, estruturou-se o relatório baseado nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN dispostas na Orientação Normativa nº 01, de 16 de dezembro de 2016. As unidades do MS responsáveis pelas análises descritivas dos resultados a seguir são: *Secretaria de Atenção à Saúde – SAS* (Objetivo 0713), *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE* (Objetivo 0726). A entidade vinculada FIOCRUZ também discorreu análise sobre as ações que são responsáveis diretas.

ANÁLISE DE CUSTOS

PROGRAMA 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 considerou a saúde como um direito social da população e estabeleceu competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para normatizar, de forma complementar, as regras que regem o funcionamento do sistema de saúde.

Para operacionalizar essas determinações, instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, com responsabilidade de financiamento compartilhada pelas três esferas administrativas e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada, com vetor municipal e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação do dispositivo constitucional, por meio das Leis 8.080/90 e 8.142/90, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças e outros agravos. Essa lei adotou princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema. Entre os organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com

prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

As linhas de atuação visam dar concretude à execução das ações e serviços públicos de saúde, abrangendo a integralidade da atenção, por meio da oferta de serviços em todos os níveis de atenção, da básica à especializada, da vigilância em saúde, da regulação dos serviços e produtos, além da participação privada em caráter complementar e suplementar.

A atual forma de organização espacial da atenção é a Região de Saúde, que se constitui no espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. É nas regiões de saúde que se organiza a oferta em busca da integralidade.

Em uma perspectiva plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e o direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços.

Nesse cenário, a seleção dos objetivos, que dão sustentabilidade ao Programa Temático 2015, levou em consideração a operacionalização de uma estrutura de serviços que favoreça os seus propósitos e cumpra os preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade. Para viabilizar essa premissa e cumprir os atributos constitucionais, os objetivos guardam uma forte interrelação, de forma que a consecução de cada um potencializa a dos demais. Dessa forma, promoverão avanços na situação atual da Política de Saúde que poderão ser detectados pelos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso, extensão da atuação e situação sanitária da população.

OBJETIVO 0713

Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Ampliar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar - abrange todos os níveis de atenção em busca da qualificação e extensão do acesso. Com a finalidade proposta, utiliza-se de estratégias expressas em linhas de atuação que se interrelacionam e se complementam no sentido de obter o alcance das metas traçadas nas dimensões expressas no PPA 2016-2019.

A Atenção Básica tem na Estratégia de Saúde da Família a sua principal linha de atuação. Ao final de 2014 alcançou cobertura de 62,37% da população brasileira. A expansão da cobertura contou com o crescimento da implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf); e Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Dando complementariedade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) em 889 equipes em 2014, chegando a 24.279 equipes e dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) que somaram 1.030 centros em funcionamento. Foram também ampliados os laboratórios de próteses dentárias permitindo a oferta de 600.196 próteses até novembro de 2014.

Com a finalidade de aumentar a capacidade de gestão dos entes federados, em conjunto com as equipes de saúde, em 2011 foi criado o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), que alcançou, até 2014, 30.522 equipes básicas (incluindo 19.946 Equipes de Saúde Bucal), 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas, presentes em 5.070 Municípios.

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o SUS, que inclui

Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade, Municípios do grupo G100 e capitais.

Também no âmbito do Programa Mais Médicos, estão em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência.

Das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% ocorrem pelo SUS. Destaca-se em 2014 o crescimento do Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (Redome), com mais de 3,5 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro um dos maiores do mundo. Foram realizados no mesmo ano 28 mil transplantes de órgãos sólidos e não sólidos.

A expansão dos procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase na Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, foi intensificada em 2014. Foram realizados mais de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos eletivos, com destaque para as 567 mil cirurgias de catarata.

Até 2014, 283 hospitais de alta complexidade em oncologia foram habilitados. Esses estabelecimentos são responsáveis por ofertar o tratamento integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento.

No intuito de realizar o rastreamento de câncer do colo do útero e de câncer de mama, em 2014 foram realizados mais de 3,8 milhões de exames de mamografia bilateral e mais de 8,3 milhões de exames citopatológicos. Foram também realizadas 246,3 mil cirurgias oncológicas, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos.

A partir de 2015, em conjunto com Estados e Municípios, fomentar-se-á a ampliação do acesso na atenção especializada em todas as regiões do país.

Ainda com relação à atuação do SUS em atenção à saúde, o Objetivo 1120 – Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas Regiões de Saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgências e Emergências, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas - estabelece arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado, visando ganhos de eficácia na produção de saúde e melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional.

A Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências tem entre suas finalidades adequar as estruturas das unidades hospitalares dotadas de pronto-socorro para a composição da Rede de Urgências e Emergências (RUE). Em 2014, foram repassados recursos para a qualificação de 45 prontos-socorros dos hospitais componentes da rede, perfazendo um total de 278 portas hospitalares.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192), um dos componentes mais importantes da RUE, contou com 185 Centrais de Regulação até 2014, representando uma cobertura populacional de 75%, o que corresponde a mais de 150,7 milhões de habitantes. Até o início de 2015, esse serviço operava com 3.292 Unidades Móveis habilitadas.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro importante componente das redes de urgência e emergência. De 2011 a 2014, encontram-se em funcionamento 391 UPA. Essas unidades podem resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros.

No âmbito do Programa SOS Emergências, em 2014 registrou-se a participação de 28 hospitais. Desde o início do Programa, em 2011, foram disponibilizados 3.169 leitos de retaguarda para emergências desses hospitais e, em parceria com Hospitais de Excelência, 11.224 profissionais já foram capacitados. Em relação aos leitos de UTI, desde 2012 foram implantados 3.477 leitos.

Na atenção à saúde da gestante e da criança, foi fomentada a adesão de todos os Estados à Rede Cegonha, voltada para a qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, que chegou a contemplar, ao final de 2014, 5.488 Municípios. Essa atuação concretiza-se na criação de novos leitos neonatais e na qualificação de mais de dois mil leitos de Gestação de Alto Risco.

No âmbito da saúde mental, a operacionalização da atuação em rede conta com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com características distintas, a depender do porte do município, variando assim os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes e usuários de álcool e outras drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes. Será dada continuidade ainda à implantação dos leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal e as Unidades de Acolhimento para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados a drogas, para residência temporária de até seis meses, além de outras práticas específicas desse tipo de atenção.

Em 2014, foi iniciada a implementação do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, que preconiza a integração dessa atenção específica às redes de atenção à saúde e articula as áreas e programas estratégicos, como o acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

Quadro I (Anexo I) – Demonstrativo de Custo por Programa e Objetivo

Programa	Objetivo	2015	2016	Δ % (2016-2015)
		Custo (loa + Rap)	Custo (loa + Rap)	
2015	0713	66.063.500.318,74	69.992.248.624,44 	5,95%
	0726	11.761.421.391,04	13.174.242.926,29 	12,01%

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

B) Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

Quadro II (Anexo II) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0713, por Grupo de Natureza da Despesa (GND).

Programa	Objetivo	Grupo Natureza de Despesa	2015		2016		Δ % (2016-2015)
			Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	
2015	0713	3 -- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.408.130.697,08	95,98%	67.131.848.783,81	95,91%	 5,87%
	0713	4 -- INVESTIMENTOS	2.455.369.621,66	3,72%	2.860.399.840,63	4,09%	 16,50%
	0713	5 -- INVERSOES FINANCEIRAS	200.000.000,00	0,30%	0,00	0,00%	 -100,00%
Total			66.063.500.318,74	100 %	69.992.248.624,44	100 %	 5,95 %

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

De acordo com os quadros II e III observa-se que o Objetivo 0713 utiliza boa parte dos recursos financeiros para despesas correntes.

Em 2015, observa-se que nos custos (LOA+RAP) a Natureza de Despesa – *Contribuições* foi responsável por cerca de 82,72% do total de Outras Despesas Correntes, obtendo no exercício de 2016 percentual parecido. Nesse grupo são realizadas transferências para atender a população com procedimentos de média e alta complexidade. Além disso, essas transferências são também responsáveis por custear despesas da Atenção Básica, como: Equipes de Saúde da Família (ESF), Qualificação das ESF, Programa Mais Médicos, dentre outras. Por outro lado, a Atenção Especializada realiza custeio para procedimentos no âmbito das Redes de Atenção à Saúde como: Rede Cegonha, de Atenção Psicossocial, Urgência e Emergência, pessoas com deficiência e com doenças crônicas.

Quadro III (Anexo II) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0713, por GND e Natureza da Despesa.

Grupo Natureza de Despesa	Natureza da Despesa	2015		2016		Δ % (2016-2015)
		Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	
3 -- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	CONTRIBUIÇÕES	54.650.944.336,29	82,72%	57.428.488.063,91	82,05%	5,08%
	MATERIAL DE CONSUMO	1.272.599.097,04	1,93%	2.726.069.734,10	3,89%	114,21%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.682.622.273,69	5,57%	2.660.932.383,80	3,80%	-27,74%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PJ (INCLUINDO DE OP. INTRA-ORÇ)	2.411.629.014,86	3,65%	2.485.794.779,68	3,55%	3,08%
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	522.581.283,00	0,79%	598.594.840,85	0,86%	14,55%
	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	365.573.640,70	0,55%	572.963.573,30	0,82%	56,73%
	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	105.934.576,98	0,16%	263.535.776,59	0,38%	148,77%
	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	93.328.337,89	0,14%	118.707.174,54	0,17%	27,19%
	SUBVENCOES SOCIAIS	51.687.646,46	0,08%	83.936.696,99	0,12%	62,39%
	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	69.043.192,25	0,10%	53.142.860,02	0,08%	-23,03%
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	35.839.928,46	0,05%	49.572.371,27	0,07%	38,32%
	SENTENCAS JUDICIAIS	106.623.364,93	0,16%	48.773.186,02	0,07%	-54,26%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.340.848,61	0,03%	17.763.447,88	0,03%	-12,67%
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	11.853.513,31	0,02%	12.515.955,44	0,02%	5,59%
	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.059.084,00	0,00%	4.853.352,61	0,01%	135,70%
	SERVICOS DE CONSULTORIA	3.862.217,95	0,01%	3.058.226,77	0,00%	-20,82%
	CONTRATATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00%	1.318.836,56	0,00%	-
	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	250,20	0,00%	955.676,07	0,00%	381864,86%
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.178.947,58	0,00%	534.651,95	0,00%	-54,65%
	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	426.522,08	0,00%	337.100,79	0,00%	-20,97%
SUBTOTAL	RESSARC. DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	0,00	0,00%	94,67	0,00%	-
	AUXILIO-TRANSPORTE	2.620,80	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
4 -- INVESTIMENTOS	AUXÍLIOS	2.155.879.142,18	3,26%	2.703.497.174,89	3,86%	25,40%
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	233.648.936,83	0,35%	87.750.198,99	0,13%	-62,44%
	OBRAS E INSTALACOES	43.167.200,98	0,07%	50.638.350,15	0,07%	17,31%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.114.221,67	0,03%	15.757.985,08	0,02%	-28,74%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PJ (INCLUINDO DE OP. INTRA-ORÇ)	404.750,00	0,00%	2.756.131,52	0,00%	580,95%
	CONTRIBUIÇÕES	155.370,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
5 -- INVERSOES FINANCEIRAS	CONSTIT. OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	200.000.000,00	0,30%	0,00	0,00%	-100,00%
	SUBTOTAL	200.000.000,00	0,30%	0,00	0,00%	-100,00%
Total		66.063.500.318,74	100,00%	69.992.248.624,44	100,00%	5,95%

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

C) Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

Quadro IV (Anexo III) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0713, por Ação com Execução Física.

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2016						2015					
			Qtde. Meta Atual	Qtde. Realizada (LOA)	Qtde Realizada (LOA+RAP)	Valor Dotação Atual	Custo - LOA	Custo (LOA+RAP)	Qtde. Meta Atual	Qtde. Realizada (LOA)	Qtde Realizada (LOA+RAP)	Valor Dotação Atual	Custo - LOA	Custo (LOA+RAP)
8585 -- ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	2.090.536.407	2.148.886.895	4.297.773.790	42.777.659.744,00	42.476.143.421,80	42.744.502.834,62	2.211.837.811	2.089.022.684	2.089.022.684	43.142.321.717,00	42.765.336.857,47	42.934.736.723,96
2040 -- PISO DE ATENCAO BASICA VARIAVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	43.465	40.097	68.776	10.824.153.600,00	10.813.795.048,15	10.926.854.124,35	44.644	40.162	40.162	12.477.000.000,00	12.340.179.421,47	12.345.157.199,92
8577 -- PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	5.571	5.571	8.465	4.867.000.000,00	4.858.929.273,18	4.877.678.307,28	5.570	5.570	5.570	4.944.000.000,00	4.906.969.463,25	4.936.661.918,02
2140 -- IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	PROFISSIONAL BENEFICIADO	UNIDADE	38.705	36.266	36.266	2.844.000.000,00	2.621.592.318,66	2.621.592.318,66	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
8535 -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	0	0	0	3.309.761.157,00	538.173.849,76	1.376.913.996,73	150	82	82	5.352.295.854,00	98.527.013,54	760.486.698,75
4525 -- APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE	0	0	0	1.562.038.443,00	1.049.262.222,49	1.343.484.946,97	0	0	0	1.021.718.780,00	3.004.219,90	182.142.267,66
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	22.173	24.408	48.816	1.303.182.259,00	1.097.692.993,34	1.297.421.743,38	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
8581 -- ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	0	0	0	1.299.919.170,00	303.021.408,65	1.069.849.939,16	19	19	19	2.193.552.269,00	33.232.299,44	887.409.942,90
6148 -- ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	1.798.407	1.529.498	3.058.996	1.002.876.434,00	976.031.120,00	985.363.395,00	1.998.212	1.507.338	1.507.338	1.356.840.400,00	890.000.000,00	909.749.466,00
6217 -- ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	9.808.739	7.096.034	8.638.483	724.390.877,00	589.255.333,77	697.880.173,07	6.318.130	7.703.037	7.703.037	716.700.000,00	540.039.726,30	674.198.178,26
2068 -- REESTRUTURACAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRE	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	48	50	100	396.000.000,00	314.563.530,37	453.318.994,30	45	49	49	452.000.000,00	215.523.935,58	376.295.971,46
1215 -- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	UNIDADE CONSTRUIDA/AMPLIADA	UNIDADE	2.077	3.325	3.326	430.095.950,00	293.590.265,72	323.260.460,09	11.780	3.312	3.312	716.464.712,00	437.412.530,00	487.481.195,64
8758 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	524.741	635.035	1.270.070	315.960.000,00	289.794.366,75	308.808.327,72	271.454	269.442	269.442	314.000.000,00	290.971.169,05	312.666.266,06
8759 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	232.567	207.480	414.960	228.000.000,00	178.547.056,26	218.041.411,79	232.567	215.866	215.866	229.500.000,00	179.399.271,01	214.797.818,15
8730 -- AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	1.173	1.080	2.156	230.500.049,00	196.158.575,83	198.677.427,96	1.200	1.034	1.034	283.025.700,00	214.458.634,50	217.981.759,04
8755 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	140.001	145.852	291.704	104.980.000,00	89.510.793,51	101.127.781,66	140.000	131.462	131.462	105.600.000,00	89.051.569,27	110.312.352,41
8573 -- IMPLEMENTACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA NACION	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	257	257	513	99.041.400,00	77.201.958,55	98.972.323,02	27	27	54	48.500.000,00	24.529.762,01	64.949.028,73
6516 -- APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	576.707	778.574	849.212	103.117.741,00	79.267.739,14	89.740.934,10	22.954	772.292	772.293	99.200.000,00	73.250.883,69	95.235.645,68
8721 -- IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE	40	31	62	64.836.700,00	48.582.888,52	60.379.999,29	43	22	22	79.400.000,00	48.280.015,95	64.449.122,95
8305 -- ATENCAO DE REFERENCIA E PESQUISA CLINICA EM PATOLOGIAS DE AL	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	81.300	127.401	127.928	61.786.000,00	59.550.660,12	60.263.614,53	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
2081 -- SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	421	249	498	54.633.597,00	52.888.174,52	52.900.126,18	270	298	298	48.500.000,00	38.935.541,11	38.935.541,11
205P -- OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	23.408	24.359	48.718	34.280.000,00	19.313.066,36	27.339.648,94	27.255	23.400	23.400	54.200.000,00	15.156.804,99	25.857.788,50
7690 -- ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	31	39	66	43.019.177,00	8.487.277,63	19.960.681,34	27	3	3	56.886.300,00	3.760.085,30	27.268.608,64
4324 -- ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	193.514	187.792	187.793	16.050.000,00	85.239,48	15.828.022,10	477.362	216.003	216.003	39.592.300,00	0,00	19.514.300,54
8327 -- GERENCIAMENTO, EXECUCAO E ANALISE DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	247.000	282.296	284.429	13.680.000,00	12.675.824,61	13.170.867,96	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
20YL -- ESTRUTURACAO DE ACADEMIAS DA SAUDE	ACADEMIA DE SAUDE ESTRUTURADA	UNIDADE	112	67	124	14.211.167,00	0,00	4.932.000,00	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
147J -- CONSTRUCAO DOS INSTITUTOS DE SAUDE DA MULHER E DA CRIANCA E	OBRA CONCLUIDA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	10	3	4	16.181.218,00	2.213.119,39	3.938.414,05	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
8739 -- IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PHH	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	26	52	5.000.000,00	0,00	45.810,19	27	25	25	10.200.300,00	500.000,00	3.004.878,01
09LP -- PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1	1	1	314.050.000,00	170.000.000,00	200.000.000,00
125H -- CONSTRUCAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CA	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	0	0	0	0,00	0,00	0,00	14	1	1	6.000.000,00	1.124.030,41	18.086.767,23
156G -- IMPLANTACAO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGI	SEDE IMPLANTADA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA	3	0	0	1.600.000,00	0,00	0,00	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	0,00	0,00
7666 -- INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	0	0	0	0,00	0,00	0,00	15	15	30	161.083.305,00	32.731.242,15	144.848.486,53
7833 -- IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1	0	0	10.350.000,00	0,00	2.500.000,00
8735 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES VOLTADAS A ALIMENTACAO E NUTRICAO PAR	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	3.561	3.721	0	26.112.803,00	0,00	0,00	27	27	27	32.000.000,00	1.474.575,98	6.743.000,12
8762 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDADE	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	27	27	27	2.000.000,00	0,00	0,00	27	27	27	2.680.000,00	2.000.000,00	2.029.392,47

Fontes: Sistema de Informações de Custos (SIC)/Tesouro Gerencial

Dados em vermelho alimentados manualmente por conta da ausência de informação no SIC

Destaca-se no quadro IV os dados inseridos em vermelho por serem de alimentação manual decorrente da ausência de informação no SIC. Os dados foram preenchidos pela Setorial de Custos conforme informação dada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Atenção à Saúde (CGPO/SAS) e dados constantes no SIOP.

O SIC também retornou valor de Custo (LOA) e Custo (LOA + RAP) independente da existência ou não de meta prevista e realizada nas ações. As ações 8735 e 8762, apesar de se encontrarem no momento Formalização Acompanhamento Orçamentário no SIOP, não tiveram, por motivo desconhecido pela Setorial, seus dados carregados pelo SIC. Os dados foram alimentados conforme informação da área técnica, entretanto tiveram análise prejudicada pela ausência da informação de custo no exercício de 2016.

Muitas das ações dispostas no quadro possuem emendas parlamentares. A área responsável por prestar as informações para este relatório, CGPO/SAS, destacou que não tem ingerência sobre os resultados obtidos com os recursos das emendas e, por conta disso, não aprofundaram em determinadas análises. A seguir, informações fornecidas pela SAS para as ações com maiores custos.

8585 - ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE – Produto – Procedimento realizado

Essa ação assegura dotação para financiamento de custeio para as ações e serviços de média e alta complexidade, no âmbito do SUS, cuja execução compete aos estados, municípios e ao Distrito Federal, mediante a transferência fundo a fundo de recursos federais. Essas transferências compõem o Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, e respondem por uma parcela significativa do orçamento do Ministério da Saúde. Os valores dessas transferências são pactuados nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB - de cada unidade federada por meio da Programação Pactuada e Integrada (PPI), onde são definidas e quantificadas as ações e serviços de saúde ofertados à população residente em cada território.

Em 2015, essa ação teve uma dotação atual (LOA) de R\$ 43.142.321.717,00 cujo custo em LOA + RAP foi de R\$42.934.765.835,41 representando 99,52% do total disponibilizado para 2015. Cabe informar que a meta física realizada em 2015 foi de 2.089.022.684 *procedimentos*. Este dado foi apurado no período correspondente de 01/01/2015 a 31/10/2015 com retirada no Sistema de Internação Hospitalar (SIH) em novembro de 2015.

Em 2016, teve uma dotação atual de R\$ 42.777.659.744,00 (Programa e emenda), desse total, R\$2.600.882.925,00 correspondem a recursos de emenda. Além disso, o custo em LOA mais RAP foi de R\$ 42.744.502.834,62 (execução do exercício de 2016 incluídos pagamentos de exercícios anteriores), representando 99,92% do total disponibilizado para 2016. No entanto, a quantidade física realizada LOA programada para 2016 foi realizada em 103,00%, com várias ações efetivadas no âmbito dessa temática. Nesse sentido, os procedimentos realizados de alta e média complexidade tiveram em 2015 um aumento em relação a 2016.

20AD - PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA – Produto - Equipe Mantida

Os recursos financeiros do PAB Variável são transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde do Distrito Federal e dos municípios ou, excepcionalmente, para os Fundos Estaduais de Saúde, mediante adesão e implementação das ações a que se destinam e desde que constantes no respectivo Plano de Saúde.

No que se refere a essa ação orçamentária, sua meta física é mensurada pelo quantitativo de equipes de Saúde da Família (eSF) mantidas, ou seja, aquelas beneficiadas com o repasse de recursos federais.

A referida ação orçamentária apresentou redução do Custo Unitário real do exercício de 2015 para 2016, da mesma maneira que houve redução da meta física, bem como da dotação aprovada pelo Congresso Nacional. A respeito dessa diminuição, cabe informar que houve redução no número de Equipe de

Saúde da Família (eSF), Equipe de Saúde Bucal (eSB) e Microscopistas, cumpre esclarecer que os quantitativos variam em todas as competências financeiras por causas multifatoriais, a exemplo das inconsistências geradas durante a alimentação de dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), cuja responsabilidade de manutenção e atualização são dos gestores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como também pelos motivos de suspensão de recursos elencados na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como nas situações em que forem constatadas irregularidades por meio do monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde ou por auditoria do DENASUS ou dos órgãos de controle competentes.

Em 2015, a **ação 20AD** teve uma dotação atual LOA de R\$ 12.477.000.000,00, e custo da LOA mais RAP foi de R\$ 12.345.157.199,92 (execução do exercício de 2015 incluídos pagamentos de exercícios anteriores), representando 99,96% do total disponibilizado para 2015. No entanto, a meta física programada para 2015 foi realizada em 89,96%.

Em 2015 não houve novos credenciamentos de equipes em virtude do impacto de R\$ 824,1 milhões da competência novembro/2014 que onerou o orçamento 2015. Tais fatos exigiram o replanejamento das ações previstas pelas áreas técnicas, bem como a redução das metas físicas e recursos financeiros para estratégias, políticas e programas alocados nesta ação orçamentária, entre elas o não credenciamento de novas equipes.

Em 2016, essa ação teve uma dotação atual (LOA) de R\$10.824.153.600,00 e cujo custo da LOA + RAP foi de R\$ 10.926.854.124,35 representando 100,95% do total disponibilizado para 2016. Além disso, a meta física programada para 2016 foi realizada em 92,22%.

Referente aos recursos alocados nos Planos Orçamentários (PO), em 2016, o PO- 0000 – Piso de Atenção Básica Variável – Saúde da Família representou 64 % do valor total da ação 20AD.

Quadro V (Anexo III) – Demonstrativo de Custo Unitário do Objetivo 0713, por Ação.

Ação	Produto	Unidade De Medida	2015			2016		
			Custo Unit LOA	Custo Unit RAP	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit LOA	Custo Unit RAP	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP -- PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	SEM INFORMACAO	SEM INFORMACAO	170.000.000,00	0,00	200.000.000,00	0,00	0,00	0,00
125H -- CONSTRUCAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CA	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	1.124.030,41	0,00	18.086.767,23	0,00	0,00	0,00
12L5 -- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	UNIDADE CONSTRUIDA/ AMPLIADA	UNIDADE	132.069,00	0,00	147.186,35	88.297,82	29.670.194,37	97.191,96
147J -- CONSTRUCAO DOS INSTITUTOS DE SAUDE DA MULHER E DA CRIANCA E	OBRA CONCLUIDA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA		0,00		737.706,46	1.725.294,66	984.603,51
15EG -- IMPLANTACAO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGI	SEDE IMPLANTADA	PERCENTUAL DE EXECUCAO FISICA		0,00		0,00	0,00	0,00
20AD -- PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	EQUIPE MANTIDA	UNIDADE	307.260,08	0,00	307.384,02	269.690,88	3.942,23	158.875,98
20B1 -- SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	EQUIPE CONSTITUIDA	UNIDADE	130.656,18	0,00	130.656,18	212.402,31	48,00	106.225,15
20G8 -- REESTRUTURACAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRE	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	4.398.447,66	0,00	7.679.509,62	6.291.270,61	2.775.109,28	4.533.189,94
20SP -- OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	TRANSPLANTE REALIZADO	UNIDADE	647,73	0,00	1.105,03	792,85	329,51	561,18
20YL -- ESTRUTURACAO DE ACADEMIAS DA SAUDE	ACADEMIA DE SAUDE ESTRUTURADA	UNIDADE		0,00		0,00	86.526,32	39.774,19
214U -- IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	PROFISSIONAL BENEFICIADO	UNIDADE		0,00		72.287,88	0,00	72.287,88
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE		0,00		44.972,67	8.182,92	26.577,80
4324 -- ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBERINHAS DA REGIAO AMAZONI	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	0,00	0,00	90,34	0,45	15.742.782,62	84,28
4525 -- APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	UNIDADE APOIADA	UNIDADE		0,00		0,00	0,00	0,00
6148 -- ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	590,44	0,00	603,55	638,14	6,10	322,12
6217 -- ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	70,11	0,00	87,52	83,04	70,42	80,79
6516 -- APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	SERVICO QUALIFICADO/AVALIADO	UNIDADE	94,85	21.984.761,99	123,32	101,81	148,27	105,68
7666 -- INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	2.182.082,81	0,00	4.828.282,88	0,00	0,00	0,00
7690 -- ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	1.253.361,77	0,00	9.089.536,21	217.622,50	424.940,88	302.434,57
7833 -- IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	CENTRO IMPLANTADO	UNIDADE		0,00		0,00	0,00	0,00
8305 -- ATENCAO DE REFERENCIA E PESQUISA CLINICA EM PATOLOGIAS DE AL	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE		0,00		467,43	1.352,85	471,07
8327 -- GERENCIAMENTO, EXECUCAO E ANALISE DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA		0,00		44,90	232,09	46,31
8535 -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	UNIDADE ESTRUTURADA	UNIDADE	1.201.548,95	0,00	9.274.228,03	0,00	0,00	0,00
8573 -- IMPLEMENTACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA NACION	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	908.509,70	0,00	1.202.759,79	300.396,73	85.040,49	192.928,50
8577 -- PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	MUNICIPIO BENEFICIADO	UNIDADE	880.964,00	0,00	886.294,78	872.182,60	6.478,59	576.217,17
8581 -- ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	SERVICO ESTRUTURADO	UNIDADE	1.749.068,39	0,00	46.705.786,47	0,00	0,00	0,00
8585 -- ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	PROCEDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	20,47	0,00	20,55	19,77	0,12	9,95
8721 -- IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	CENTRAL DE REGULACAO IMPLANTADA	UNIDADE	2.194.546,18	0,00	2.929.505,59	1.567.189,95	380.551,96	973.870,96
8730 -- AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	UNIDADE EQUIPADA	UNIDADE	207.406,80	0,00	210.814,08	181.628,31	2.340,94	92.150,94
8735 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES VOLTADAS A ALIMENTACAO E NUTRICAO PAR	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	54.613,93	0,00	249.740,75	0,00	0,00	0,00
8739 -- IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	20.000,00	0,00	120.195,12	0,00	1.761,93	880,97
8755 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	677,39	0,00	839,12	613,71	79,65	346,68
8758 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	1.079,90	0,00	1.160,42	456,34	29,94	243,14
8759 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	ATENDIMENTO REALIZADO	UNIDADE	831,07	0,00	995,05	860,55	190,35	525,45
8762 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	ENTE FEDERATIVO APOIADO	UNIDADE	74.074,07	0,00	75.162,68	0,00	0,00	0,00

Por entender que, a metodologia aplicada ao cômputo do Custo Unitário (LOA + RAP) e a visão da área técnica acerca do lançamento das informações do realizado com RAP precisa ser revista/reavaliada, conceitualmente e operacionalmente, bem como pelos problemas apresentados na captação e tramitação dos dados no SIC, no SIOP e na interligação entre eles, optou-se por não discorrer comentários acerca dos valores pela suspeita de inconsistência em algumas das ações. Nos quadros a seguir, relativos aos demonstrativos, apresentaremos comentários da área responsável para algumas dessas ações.

Quadro VI (Anexo III) – Demonstrativo de Eficácia do Objetivo 0713, por Ação.

Ação - Descrição	Eficácia	Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde. Meta Atual 2016	Qtde. Realizada (LOA) 2016
09LP -- PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
125H -- CONSTRUCAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
12L5 -- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	1.60	EFICÁCIA EXCEDENTE	2.077	3.325
147J -- CONSTRUCAO DOS INSTITUTOS DE SAUDE DA MULHER E DA CRIANCA E	0.30	INEFICAZ	10	3
15EG -- IMPLANTACAO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGI	0.00	INEFICAZ	3	0
20AD -- PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	0.92	EFICÁCIA CONTIDA	43.465	40.097
20B1 -- SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	0.59	EFICÁCIA CONTIDA	421	249
20G8 -- REESTRUTURACAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRE	1.04	EFICÁCIA EXCEDENTE	48	50
20SP -- OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1.04	EFICÁCIA EXCEDENTE	23.408	24.359
20YL -- ESTRUTURACAO DE ACADEMIAS DA SAUDE	0.60	EFICÁCIA CONTIDA	112	67
214U -- IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	0.94	EFICÁCIA CONTIDA	38.705	36.266
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	1.10	EFICÁCIA EXCEDENTE	22.173	24.408
4324 -- ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0.97	EFICÁCIA CONTIDA	193.514	187.792
4525 -- APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
6148 -- ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	0.85	EFICÁCIA CONTIDA	1.798.407	1.529.498
6217 -- ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	0.72	EFICÁCIA CONTIDA	9.808.739	7.096.034
6516 -- APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	1.35	EFICÁCIA EXCEDENTE	576.707	778.574
7666 -- INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
7690 -- ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	1.26	EFICÁCIA EXCEDENTE	31	39
7833 -- IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8305 -- ATENCAO DE REFERENCIA E PESQUISA CLINICA EM PATOLOGIAS DE AL	1.57	EFICÁCIA EXCEDENTE	81.300	127.401
8327 -- GERENCIAMENTO, EXECUCAO E ANALISE DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS	1.14	EFICÁCIA EXCEDENTE	247.000	282.296
8535 -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8573 -- IMPLEMENTACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA NACION	1.00	EFICAZ	257	257
8577 -- PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1.00	EFICAZ	5.571	5.571
8581 -- ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8585 -- ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	1.03	EFICÁCIA EXCEDENTE	2.090.536.407	2.148.886.895
8721 -- IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	0.78	EFICÁCIA CONTIDA	40	31
8730 -- AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	0.92	EFICÁCIA CONTIDA	1.173	1.080
8735 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES VOLTADAS A ALIMENTACAO E NUTRICAO PAR	1,04	EFICÁCIA EXCEDENTE	3.561	3.721
8739 -- IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	0.96	EFICÁCIA CONTIDA	27	26
8755 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1.04	EFICÁCIA EXCEDENTE	140.001	145.852
8758 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1.21	EFICÁCIA EXCEDENTE	524.741	635.035
8759 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	0.89	EFICÁCIA CONTIDA	232.567	207.480
8762 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	1,00	EFICAZ	27	27

Dados em vermelho alimentados manualmente por conta da ausência de informação no SIC

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia, segundo SAS.

- **Ação 12L5**

No período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, registrou-se a conclusão de 2.021 obras de construção e 1.304 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 3.325 obras concluídas com recurso de programa. A respeito da habilitação de obras, no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, registrou-se a habilitação de 42 obras de construção e 24 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 66 obras habilitadas com recurso de programa. Fonte: SISMOB e SISPROFNS, em 10 de janeiro de 2017.

- **Ação 15EG**

A ação orçamentária 15EG foi criada em 2015 para iniciar a execução em 2016. Durante 2016, foi realizado estudo preliminar do conceito construtivo e plano diretor, porém, ainda não houve a resolução em relação ao terreno a ser doado para a construção, em que pesem os esforços envidados, portanto não houve execução.

- **Ação 20G8**

A meta física reprogramada para o REHUF na LOA/2016 foi estimada em 49 hospitais beneficiados pelo Programa. Entretanto, em 2016, a meta física realizada chegou a 50 hospitais beneficiados, o que significa dizer que a execução física da meta extrapolou em 2% a reprogramação para o ano de 2016, com inserção de um novo hospital na Rede de Hospitais Universitários Federais. O impacto financeiro dos 50 hospitais é de R\$ 380.012.320,78 - recursos publicados em portarias.

- **Ação 20SP**

A meta física inicial para o ano de 2016 (23.900 transplantes realizados) foi revisada tendo em vista o atual cenário orçamentário vivenciado pelo Governo Federal, combinado com o agravamento da crise financeira em alguns estados da Federação, o que acaba por acarretar o surgimento de limitações na operacionalização das ações em doação e transplantes, dessa forma, foi considerada uma nova meta (23.408 transplantes realizados) para o respectivo exercício. Devido ao número expressivo de transplantes de córnea realizados no ano, especialmente no segundo semestre, foi possível superar a meta ora estipulada, a quantidade de órgãos sólidos transplantados no ano foi de 7.796, de córnea 14.443 e de medula 2.120, totalizando um total de 24.359 transplantes realizados.

- **Ação 4295**

A meta física programada para 2016 foi de atender os 22.173 pacientes com coagulopatias hereditárias cadastrados no Sistema Hemovida Web Coagulopatias até o mês de dezembro de 2015. O resultado para esta meta foi de 110,08%, com 24.408 pacientes atendidos, correspondendo ao número final de pacientes cadastrados no Sistema até dezembro de 2016. Tal variação decorre do acréscimo de novos casos diagnosticados ao longo do ano pelos serviços de hematologia e hemoterapia dos estados e do Distrito Federal

- **Ação 6516**

A superação da meta física em 125,93% está relacionada com a disponibilização de maior volume de recursos destinados a promover a qualificação dos serviços de hematologia e hemoterapia nesta ação, a meta física estipulada foi ultrapassada, e com isso foi possível fomentar a interiorização do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH) através do PEQH (Programa Estadual de Qualificação da Hemorrede) que visa implantar e implementar o processo de melhoria contínua nos Serviços de Hemoterapia e Hematologia, por meio da avaliação permanente dos processos de trabalho, dando ênfase, ao importante investimento na formação *in loco* de um maior número de avaliadores regionais nas Hemorredes Estaduais. Esclarecemos que provavelmente, o SIC migrou os dados informados pela FIOCRUZ (que é responsável pelo Teste de Amplificação de Ácidos Nucléicos), portanto não corresponde à meta física desta ação orçamentária sob responsabilidade desta Secretaria de Atenção à Saúde/MS. Informamos que realizamos a análise referente a meta sob responsabilidade de SAS.

- **Ação 7690**

No exercício de 2016, a meta física apresentada não corresponde ao dado informado no SIOP, ou seja, foram realizados 24 Serviços Estruturados para recursos de Programa. O restante que corresponde a 15 refere-se a emendas totalizando 39 ("Quantidade realizada LOA 2016"). Diante do exposto, ao considerar as emendas na quantidade física, conclui-se que esses fatores podem provocar um viés na faixa de atingimento resultando em eficácia excedente, com os dados do sistema que foram 39 de qte realizada e 31 de meta atual o índice foi de 1,26 dando o mesmo resultado de eficácia excedente. Ademais, essa diferença foi que o sistema SIOP somou as emendas parlamentares por localizador.

- **Ação 8758**

Na ação 8758, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP. Portanto, esses fatores citados podem ter ocasionado elevação desse resultado e indicando eficácia excedente de 1,21. Por outro lado, se considerar a razão entre custo LOA e a quantidade total realizada (LOA) tem-se o resultado do indicador de 2,54 (Economicidade excedente).

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia, segundo FIOCRUZ.

- **Ação 147J**

O início das próximas etapas está dependendo da finalização do licenciamento, que se encontra pendente nos órgãos governamentais da prefeitura do Rio de Janeiro.

- **Ação 8305**

No momento do registro no SIOP da execução do número de pacientes atendidos, houve um equívoco. A execução é da ordem de 75.841 (aproximadamente executado em 2015), o que altera o indicador. O total de 127.401 se refere aos 75 mil atendimentos e, equivocadamente foi somando novamente os atendimentos de uma de nossas unidades hospitalares, o IFF, da ordem de 52 mil pacientes, por conta da execução de emenda parlamentar. A meta para a emenda era de 1.230 pacientes e, como na execução, mais de um serviço de atendimento ao paciente foi contemplado, dificultou a apuração do número exato de pacientes atendidos a partir da emenda parlamentar. Desta forma, optou-se por informar todo o atendimento do IFF, duplicando a informação.

- **Ação 8327**

A Fiocruz desempenhou no ano de 2016 atividades mais intensas nos laboratórios de exames diagnósticos, principalmente pelo surgimento das questões relativas ao aumento dos casos de Zika e Chikungunya, justificando o aumento na realização de exames.

Quadro VII (Anexo III) – Demonstrativo de Eficiência do Objetivo 0713, por Ação.

Ação - Descrição	Eficiência	Faixa De Atingimento - Eficiência	Gasto Unit Prev 2016	Custo Unit (LOA +RAP)
09LP -- PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
125H -- CONSTRUCAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
12L5 -- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	2.13	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	207.076	97.192
147J -- CONSTRUCAO DOS INSTITUTOS DE SAUDE DA MULHER E DA CRIANCA E	1.64	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.618.122	984.604
15EG -- IMPLANTACAO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGI	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	533.333	0
20AD -- PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	1.57	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	249.031	158.876
20B1 -- SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1.22	EFICIENTE	129.771	106.225
20G8 -- REESTRUTURACAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRE	1.82	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	8.250.000	4.533.190
20SP -- OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	2.61	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.464	561
20YL -- ESTRUTURACAO DE ACADEMIAS DA SAUDE	3.19	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	126.885	39.774
214U -- IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	1.02	EFICIENTE	73.479	72.288
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	2.21	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	58.773	26.578
4324 -- ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	0.98	EFICIÊNCIA CONTIDA	83	84
4525 -- APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
6148 -- ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	1.73	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	558	322
6217 -- ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	0.91	EFICIÊNCIA CONTIDA	74	81
6516 -- APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	1.69	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	179	106
7666 -- INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
7690 -- ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	4.59	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.387.715	302.435
7833 -- IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8305 -- ATENCAO DE REFERENCIA E PESQUISA CLINICA EM PATOLOGIAS DE AL	1.61	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	760	471
8327 -- GERENCIAMENTO, EXECUCAO E ANALISE DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS	1.20	EFICIENTE	55	46
8535 -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8573 -- IMPLEMENTACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA NACION	2.00	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	385.375	192.929
8577 -- PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1.52	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	873.631	576.217
8581 -- ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8585 -- ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	2.06	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	20	10
8721 -- IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	1.66	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	1.620.918	973.871
8730 -- AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	2.13	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	196.505	92.151
8735 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES VOLTADAS A ALIMENTACAO E NUTRICAO PAR	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
8739 -- IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	210.21	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	185.185	881
8755 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	2.16	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	750	347
8758 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	2.48	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	602	243
8759 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1.87	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	980	525
8762 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiência, segundo SAS.

- **Ação 12L5**

No período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, registrou-se a conclusão de 2.021 obras de construção e 1.304 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 3.325 obras concluídas com recurso de programa. A respeito da habilitação de obras, no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, registrou-se a habilitação de 42 obras de construção e 24 obras de ampliação de Unidades Básicas de Saúde, totalizando 66 obras habilitadas com recurso de programa. Fonte: SISMOB e SISPROFNS, em 10 de janeiro de 2017.

Para a dotação atual 2016 o SIC exportou valores de emendas no montante de R\$ 9.555.389,00, em que não houve liquidação das emendas, bem como não houve execução física.

- **Ação 20AD**

No que se refere à ação orçamentária 20AD, a meta física programada para 2016 foi realizada em 92,22%, com a realização de 40.097 equipes mantidas. Essa meta física é mensurada pelo quantitativo de equipes de Saúde da Família (Esf), ou seja, aquelas beneficiadas com o repasse de recursos federais. A respeito da diminuição do número de eSF em relação à meta física realizada de janeiro a julho de 2016, cumpre esclarecer que os quantitativos variam em todas as competências financeiras pelos motivos de suspensão de recursos, conforme disposto na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). A saber: 1. Suspensão de recurso por duplicidade de profissionais; 2 Suspensão de recurso po não envio de produção pelo município para as bases Nacionais; e Suspensão por órgãos de Controle (CGU).

- **Ação 20G8**

A meta física reprogramada para o REHUF na LOA/2016 foi estimada em 49 hospitais beneficiados pelo Programa. Entretanto, em 2016, a meta física realizada chegou a 50 hospitais beneficiados, o que significa dizer que a execução física da meta extrapolou em 2% a reprogramação para o ano de 2016, com inserção de um novo hospital na Rede de Hospitais Universitários Federais.

- **Ação 20SP**

A meta física programada para 2016 foi realizada em 104,06 %, ou seja, houve foi alcançada em 24.359 transplantes realizados. Devido ao número expressivo de transplantes de córnea realizados no ano, especialmente no segundo semestre, foi possível superar a meta ora estipulada, a quantidade de órgãos sólidos transplantados no ano foi de 7.796, de córnea 14.443 e de medula 2.120, totalizando um total de 24.359 transplantes realizados.

- **Ação 20YL**

Em 2016 foram alocados somente para emenda.

- **Ação 4295**

A meta física programada para 2016 foi de atender os 22.173 pacientes com coagulopatias hereditárias cadastrados no Sistema Hemovida Web Coagulopatias até o mês de dezembro de 2015. O resultado para esta meta foi de 110,08%, com 24.408 pacientes atendidos, correspondendo ao número final de pacientes cadastrados no Sistema até dezembro de 2016. Tal variação decorre do acréscimo de novos casos diagnosticados ao longo do ano pelos serviços de hematologia e hemoterapia dos estados e do Distrito Federal.

- **Ação 6148**

A meta física programada para 2016 foi realizada em 85,00%, com várias ações efetivadas no âmbito dessa temática. Ainda, nesta ação orçamentária houve repasses por meio de emenda individual, com dotação final de R\$ 34.569.138 e cuja despesa empenhada foi de R\$ 28.289.871, representando 81,83% do total disponibilizado.

Houve também repasses por meio de emenda de bancada, com dotação final de R\$ 20.307.296 e cuja despesa empenhada foi de R\$ 20.000.000, correspondendo 98,48% do total disponibilizado.

- **Ação 7690**

No exercício de 2016, a meta física apresentada não corresponde ao dado informado no SIOP, ou seja, foram realizados 24 Serviços Estruturados para recursos de Programa. O restante que corresponde a 15 refere-se a emendas totalizando 39 ("Quantidade realizada LOA 2016"). Além disso, a dotação atual para recursos de programa equivale a R\$ 13.440.000,00 e custo LOA 2016 (liquidado) R\$ 7.872.992,00 (marcados em vermelho na tabela). Enquanto que os recursos para emenda representam na dotação atual no valor de R\$29.579.177,00, o que representa mais que o dobro do recurso de Programa e, no custo LOA mostra o valor de R\$614.285,63. Diante do exposto, ao considerar as emendas tanto na quantidade física quanto na dotação, conclui-se que esses fatores podem provocar um viés na faixa de atingimento, não sendo possível apresentar a economicidade da utilização dos recursos.

- **Ação 8573**

No exercício de 2016, é importante citar que o SIC migrou o dobro da quantidade da meta física realizada, de 256 para 513, isso pode ter ocasionado elevação desse resultado. Ainda, nesta ação orçamentária houve repasses por meio de Emenda Individual, destinada à Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família no bairro Floresta - Município de Petrópolis/RJ, com dotação final de R\$ 400.000 e cuja despesa empenhada foi de R\$ 400.000, representando 100% do total disponibilizado. A meta física programada para 2016 foi realizada em 100%.

- **Ação 8585**

Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou uma quantidade da meta física realizada excedente (147.805.488) da informada no SIOP, assim como, o custo LOA 2016, que exportou valores liquidados de emendas no valor de R\$2.600.882.925,54. Diante disso, explicamos que esses fatores podem ter ocasionado elevação desse resultado. Se considerarmos a razão entre custo LOA e a quantidade total realizada (LOA). Considerando os dados da CGPO/SAS a meta física programada para 2016 foi realizada em 107,38%.

- **Ação 8721**

A meta se refere à participação da União no custeio de Centrais de Regulação Ambulatoriais e Hospitalares, sendo utilizada como referência para o monitoramento. A meta prevista no PPA para o exercício de 2016 foi custear 35 Centrais de Regulação e o montante realizado correspondeu efetivamente a 88,57% do programado.

- **Ação 8730**

Na ação orçamentária 8730, para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP, o que pode ter ocasionado elevação desse resultado. Por outro lado, se considerar a razão entre custo LOA e a meta física prevista com dados da CGPO/SAS tem-se que a meta física programada foi realizada em 93,30%. Destacamos que houve repasses através de Emenda Individual, com dotação final de R\$ 10.500.049 e cuja despesa empenhada foi de R\$ 3.176.802, representando 30,25% do total disponibilizado.

- **Ação 8739**

Essa ação orçamentária apresenta eficiência excedente devido à meta física proposta apresentar como produto apoiar os Estados por meio de formação de profissionais e pesquisas, além de promover a disseminação de informações sobre humanização no atendimento. A meta física programada para 2016 foi realizada em 96,30%. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP, o que pode ter ocasionado elevação desse resultado.

- **Ação 8755**

Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP. Também é importante considerar que no “Custo LOA 2016” o SIC exportou valores de emenda, portanto devido a todos os fatores citados podem ter ocasionado elevação desse resultado. A meta física programada para 2016 foi realizada em 104,18%.

- **Ação 8758**

Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP. Portanto, esses fatores citados podem ter ocasionado elevação desse resultado e indicando economicidade excedente de 4,77. A meta física programada para 2016 foi realizada em 121,02%.

- **Ação 8759**

Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP. Portanto, esses fatores citados podem ter ocasionado elevação desse resultado. A meta física programada para 2016 foi realizada em 89,21%.

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiência, segundo FIOCRUZ.

- **Ação 147J**

Esta ação se refere a uma construção que esta na fase de finalização de projeto e início de obra. A obra não pode ser iniciada devido a pendências de licenças junto a prefeitura do Rio de Janeiro. Portanto, houve gasto nesta ação apenas no pagamento final para empresa projetista, informado na execução física, desviando o valor do indicador associado ao fato de, no período de suplementação, ocorrer o remanejamento de orçamento desta ação para outra ação orçamentária. Deve-se observar, portanto, que a obra não é uma produção seriada com o custo unitário constante, o que pode provocar variação.

- **Ação 6516**

A previsão de produção de kits para a avaliação da qualidade do sangue dos hemocentros, atividade sustentada por esta ação orçamentária, é realizada com base numa expectativa de demanda do Ministério da Saúde e que sofre renegociação ao longo do ano. A demanda do Ministério foi maior que a inicialmente prevista pela Fiocruz, mas apresentou aproximadamente a mesma produção do ano de 2015.

- **Ação 8305**

No momento do registro no SIOP da execução do número de pacientes atendidos, houve um equívoco. A execução é da ordem de 75.841 (aproximadamente ao executado em 2015), o que altera o indicador. O total de 127.401 se refere aos 75 mil atendimentos e, equivocadamente foi somando novamente os atendimentos de uma de nossas unidades hospitalares, o IFF, da ordem de 52 mil pacientes, por conta da execução de emenda parlamentar. A meta para a emenda era de 1.230 pacientes e, como na execução, mais de um serviço de atendimento ao paciente foram contemplados, dificultou a apuração do número exato de pacientes atendidos a partir da emenda parlamentar. Desta forma, optou-se por informar todo o atendimento do IFF, duplicando a informação.

Quadro VIII (Anexo III) – Demonstrativo de Economicidade do Objetivo 0713, por Ação.

Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2016	2015
			Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
09LP -- PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL SOCIAL - EMPRESA BRASILEIRA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	200.000.000,00
125H -- CONSTRUCAO DO COMPLEXO INTEGRADO DO INSTITUTO NACIONAL DE CA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	18.086.767,23
12L5 -- CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS	1,51	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	97.191,96	147.186,35
147J -- CONSTRUCAO DOS INSTITUTOS DE SAUDE DA MULHER E DA CRIANCA E	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	984.603,51	0,00
15EG -- IMPLANTACAO DA NOVA SEDE DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGI	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	0,00
20AD -- PISO DE ATENCAO BASICA VARIÁVEL - SAUDE DA FAMILIA	1,93	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	158.875,98	307.384,02
20B1 -- SERVICOS DE ATENCAO A SAUDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDAD	1,23	ECONÔMICO	106.225,15	130.656,18
20G8 -- REESTRUTURACAO DOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES PRE	1,69	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	4.533.189,94	7.679.509,62
20SP -- OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES	1,97	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	561,18	1.105,03
20YL -- ESTRUTURACAO DE ACADEMIAS DA SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	39.774,19	0,00
214U -- IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	72.287,88	0,00
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	26.577,80	0,00
4324 -- ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS DA REGIAO AMAZONI	1,07	ECONÔMICO	84,28	90,34
4525 -- APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	0,00
6148 -- ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	1,87	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	322,12	603,55
6217 -- ATENCAO A SAUDE NOS SERVICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO	1,08	ECONÔMICO	80,79	87,52
6516 -- APERFEICOAMENTO E AVALIACAO DOS SERVICOS DE HEMOTERAPIA E HE	1,17	ECONÔMICO	105,68	123,32
7666 -- INVESTIMENTO PARA A QUALIFICACAO DA ATENCAO A SAUDE E GESTAO	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	4.828.282,88
7690 -- ESTRUTURACAO DOS SERVICOS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	30,05	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	302.434,57	9.089.536,21
7833 -- IMPLANTACAO DE UNIDADES E CENTROS DE ALTA COMPLEXIDADE EM ON	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	0,00
8305 -- ATENCAO DE REFERENCIA E PESQUISA CLINICA EM PATOLOGIAS DE AL	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	471,07	0,00
8327 -- GERENCIAMENTO, EXECUCAO E ANALISE DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	46,31	0,00
8535 -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	9.274.228,03
8573 -- IMPLEMENTACAO, ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DA POLITICA NACION	6,23	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	192.928,50	1.202.759,79
8577 -- PISO DE ATENCAO BASICA FIXO	1,54	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	576.217,17	886.294,78
8581 -- ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	46.705.786,47
8585 -- ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	2,07	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	9,95	20,55
8721 -- IMPLEMENTACAO DA REGULACAO, CONTROLE E AVALIACAO DA ATENCAO	3,01	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	973.870,96	2.929.505,59
8730 -- AMPLIACAO DA RESOLUTIVIDADE DA SAUDE BUCAL NA ATENCAO BASICA	2,29	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	92.150,94	210.814,08
8735 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES VOLTADAS A ALIMENTACAO E NUTRICAO PAR	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	249.740,75
8739 -- IMPLEMENTACAO DA POLITICA NACIONAL DE HUMANIZACAO - PNH	136,44	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	880,97	120.195,12
8755 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	2,42	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	346,68	839,12
8758 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	4,77	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	243,14	1.160,42
8759 -- APERFEICOAMENTO, AVALIACAO E DESENVOLVIMENTO DE ACOES E SERV	1,89	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	525,45	995,05
8762 -- IMPLEMENTACAO DE ACOES E SERVICOS AS POPULACOES EM LOCALIDAD	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0,00	75.162,68

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade, segundo SAS.

- **Ação 12L5**

Para a dotação atual 2016 o SIC exportou valores de emendas no montante de R\$ 9.555.389,00, em que não houve liquidação da emenda, bem como não houve execução física.

- **Ação 20AD**

Na ação orçamentária 20AD apresentou redução do Custo Unitário real do exercício de 2015 para 2016, da mesma maneira que houve redução da meta física, bem como da dotação aprovada pelo Congresso Nacional. A respeito dessa diminuição, cabe informar que houve redução no número de Equipe de Saúde da Família (eSF), Equipe de Saúde Bucal (eSB) e Microscopistas, cumpre esclarecer que os quantitativos variam em todas as competências financeiras por causas multifatoriais, a exemplo das inconsistências geradas durante a alimentação de dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), cuja responsabilidade de manutenção e atualização é dos gestores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como também pelos motivos de suspensão de recursos elencados na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), como nas situações em que forem constatadas irregularidades por meio do monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde ou por auditoria do DENASUS ou dos órgãos de controle competentes.

Também são suspensos recursos quando for constatada a inexistência de Unidade Básica de Saúde cadastrada para o trabalho das equipes; por ausência, por um período superior a 60 dias, de qualquer um dos profissionais que compõem as equipes; por duplicidade de profissionais; por descumprimento da carga horária mínima prevista para os profissionais das equipes; por ausência de alimentação de dados nos sistemas de informação definidos pelo Ministério da saúde. Ademais, o MS suspende o repasse de recursos do Bloco da Atenção Básica aos municípios e ao Distrito Federal, quando: I - Não houver alimentação regular, por parte dos municípios e do Distrito Federal, dos bancos de dados nacionais de informação; II - For detectada, por meio de auditoria federal ou estadual, malversação ou desvio de finalidade na utilização dos recursos.

Explicamos que os dados referentes ao exercício de 2015 foram inseridos pela CGPO/SAS, pois o SIC não os migrou, nesse sentido foram considerados dados sem restos a pagar.

Cabe alertar que, em 2016, a “Quantidade realizada (LOA + RAP) - 2016” o SIC exportou 28.679 a mais da meta física inserida no SIOP, isso pode ter provocado um viés no resultado.

- **Ação 20G8**

A meta física reprogramada para o REHUF na LOA/2016 foi estimada em 49 hospitais beneficiados pelo Programa. Entretanto, em 2016, a meta física realizada chegou a 50 hospitais beneficiados, o que significa dizer que a execução física da meta extrapolou em 2% a reprogramação para o ano de 2016, com inserção de um novo hospital na Rede de Hospitais Universitários Federais. O impacto financeiro dos 50 hospitais é de R\$ 380.012.320,78 - recursos publicados em portarias.

Informamos que, em 2016, o SIC exportou para “Quantidade realizada (LOA + RAP) - 2016” o dobro da meta física inserida, pela SAS no SIOP, isso pode ter provocado um viés no resultado e indicando um indicador na faixa de atingimento de Economicidade Excedente.

- **Ação 20SP**

A meta física inicial para o ano de 2016 (23.900 transplantes realizados) foi revisada tendo em vista o atual cenário orçamentário vivenciado pelo Governo Federal, combinado com o agravamento da crise financeira em alguns estados da Federação, o que acaba por acarretar o surgimento de limitações na operacionalização das ações em doação e transplantes. Dessa forma, foi considerada uma nova meta (23.408 transplantes realizados) para o respectivo exercício. Devido ao número expressivo de transplantes de córnea realizados no ano, especialmente no segundo semestre, foi possível superar a meta ora estipulada, a quantidade de órgãos sólidos transplantados no ano foi de 7.796, de córnea 14.443 e de medula 2.120, totalizando um total de 24.359 transplantes realizados. Explicamos que os dados referentes ao exercício de 2015 foram inseridos pela CGPO/SAS, pois o SIC não os exportou, nesse sentido foi considerado informações sem restos a pagar.

Informamos que, em 2016, o SIC exportou para “Quantidade realizada (LOA + RAP) - 2016” o dobro da meta física inserida pela SAS no SIOP, isso pode ter provocado um viés no resultado e mostrando um indicador de Economicidade Excedente. Aproveitamos para informar que esse excedente não corresponde a emendas parlamentares.

- **Ação 6148**

Na ação orçamentária 6148, para 2015 os dados foram inseridos pela CGPO/SAS, pois o SIC não os exportou, nesse sentido foi considerado nos cálculos valores sem restos a pagar.

Em 2016, foram alocados recursos para Programa aprovados pelo Congresso Nacional - Dotação atual R\$ 948.000.000,00, e para Emenda o valor de R\$ 54.876.434, 00. Desse total de emenda foram liquidados R\$28.031.120,00 (Custo LOA 2016) que corresponde ao quantitativo de 109 emendas. Além disso, não foi possível informar a finalidade dos recursos liquidados destinados para emendas, pois não constam nos diversos sistemas (como por exemplo – SIGA Brasil) esta descrição.

Em 2016, o SIC exportou para “Quantidade realizada (LOA + RAP) - 2016” o dobro da meta física inserida pela SAS no SIOP, isso pode ter provocado um viés no resultado e mostrando um indicador de Economicidade Excedente.

- **Ação 7690**

Na ação orçamentária 7690, informamos que o SIC não migrou os dados: quantidade da meta atual, quantidade realizada e a dotação atual para 2015, portanto foram inseridos na tabela pela CGPO/SAS, sem considerar os dados referentes a RAP. No exercício de 2016, a meta física apresentada não corresponde ao dado informado no SIOP, ou seja, foram realizados 24 Serviços Estruturados para recursos de Programa. O restante que corresponde a 15 refere-se a emendas totalizando 39 (“Quantidade realizada LOA 2016”). Além disso, a dotação atual para recursos de programa equivale a R\$ 13.440.000,00 e custo LOA 2016 (liquidado) R\$ 7.872.992,00 (marcados em vermelho na tabela). Enquanto que os recursos

para emenda representam na dotação atual no valor de R\$29.579.177,00, o que representa mais que o dobro do recurso de Programa e, no custo LOA mostra o valor de R\$614.285,63. Diante do exposto, ao considerar as emendas tanto na quantidade física quanto na dotação, conclui-se que esses fatores podem provocar um viés na faixa de atingimento, não sendo possível apresentar a economicidade da utilização dos recursos.

- **Ação 8573**

Na ação orçamentária 8573, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes a RAP, para realizar as análises. No exercício de 2016, é importante citar que o SIC migrou o dobro da quantidade da meta física realizada, de 256 para 513, isso pode ter ocasionado elevação desse resultado, e indicando minimização dos custos incorridos. Cabe considerar também que, em 2015, houve aumento na realização da meta física, devido à nova metodologia adotada, passando de “Estados” para “Municípios”. Essa alteração teve como objetivo possibilitar o aprimoramento dos processos de gestão, educação permanente, gestão do trabalho e monitoramento/avaliação dos municípios. Referente à execução de emenda, somente houve 01 (uma) empenhada, no valor de R\$400.000,00.

- **Ação 8577**

Na ação orçamentária 8577, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, pois a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. No exercício de 2016, é importante citar que o SIC contabilizou uma emenda parlamentar na quantidade física, bem como considerou LOA mais RAP que excedeu em 2.895, isso pode ter ocasionado elevação do indicador, e mostrando minimização dos custos incorridos.

- **Ação 8585**

Na ação orçamentária 8585, em 2015, o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, pois a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou uma quantidade da meta física realizada excedente (147.805.488) da informada no SIOP, assim como, o custo LOA 2016, que exportou valores liquidados de emendas no valor de R\$2.600.882.925,54. Diante disso, explicamos que esses fatores podem ter ocasionado elevação desse resultado e, indicando economicidade excedente.

- **Ação 8721**

Na ação orçamentária 8721, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, pois a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises.

- **Ação 8730**

Na ação orçamentária 8730, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises.

- **Ação 8739**

Na ação orçamentária 8739, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP, o que pode ter ocasionado elevação desse resultado e indicando economicidade excedente.

- **Ação 8755**

Na ação 8755, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP. Também é importante considerar que no “Custo LOA 2016” o SIC exportou valores de emenda no valor de R\$499.935,10.

- **Ação 8758**

Na ação 8758, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises. Para o exercício de 2016, é importante mencionar que o SIC migrou mais que o dobro da Quantidade realizada (LOA+RAP) 2016 informada no SIOP.

- **Ação 8759**

Na ação orçamentária 8759, para 2015 o SIC não migrou os dados: dotação atual, Físico inicial 2015 e Físico realizado, portanto a CGPO/SAS os inseriu sem considerar as informações referentes ao RAP, também a SAS não tem como mensurar a meta física realizada em RAP, para realizar as análises.

OBJETIVO 0726

Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

A promoção do acesso com uso racional a medicamentos no âmbito do SUS é realizada por meio dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica e por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil.

O **Componente Básico** da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma tripartite, destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde. O **Componente Estratégico**, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico. Já no âmbito do **Componente Especializado**, é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde.

O **Programa Farmácia Popular do Brasil** foi criado para complementar o acesso aos medicamentos oferecidos pelos Componentes da AF. Esse Programa se constitui por meio da rede própria de Farmácias Populares e da parceria com farmácias e drogarias da rede privada, chamada de "Aqui tem Farmácia Popular". O Ministério da Saúde desenvolve estratégias de uso racional de medicamentos por meio das contribuições do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos.

Com o objetivo de qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS, foi desenvolvido o **Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS)**, composto por quatro eixos (estrutura, educação, informação, e cuidado) com a finalidade de contribuir para o processo de aprimoramento, implementação e integração sistêmica das atividades da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Além disso, a partir do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, os medicamentos selecionados e padronizados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS devem constar na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional (FTN) que subsidiará a prescrição, a dispensação e o uso dos medicamentos e nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT). Por outro lado, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813/2006) configura-se parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social.

No seu âmbito de atuação, o MS tem implementado ações estruturantes, como o financiamento de fitoterápicos, com contrapartida municipal e estadual. O Ministério da Saúde objetivará, nos próximos anos, garantir e ampliar o acesso aos medicamentos padronizados, juntamente com a qualificação da assistência farmacêutica, buscando promover o acesso dos medicamentos à população de forma contínua, com a promoção do seu uso racional.

B) Exposição dos custos por GND e Natureza da Despesa

Quadro IX (Anexo II) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0726, por Grupo de Natureza da Despesa (GND).

Programa	Objetivo	Grupo Natureza de Despesa	2015		2016		Δ % (2016-2015)
			Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	
2015	0726	3 -- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.749.302.986,09	99,90%	13.173.299.096,88	99,99%	 12,12%
	0726	4 -- INVESTIMENTOS	12.118.404,95	0,10%	943.829,41	0,01%	 -92,21%
Total			11.761.421.391,04	100 %	13.174.242.926,29	100 %	 12,01 %

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

A redução apresentada nas despesas relacionadas a investimentos ocorreu pela diminuição de execução de projetos previstos no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com recursos de capital, os projetos não foram realizados na sua totalidade, e também pela ausência de novas habilitações de estados ou municípios no Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS). Maiores detalhes serão descritos nos itens a seguir.

Quadro X (Anexo II) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0726, por GND e Natureza da Despesa.

Grupo Natureza de Despesa	Natureza da Despesa	2015		2016		Δ % (2016-2015)
		Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	Custo (LOA+RAP)	Análise Vertical (%)	
3 -- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	6.792.594.444,87	57,75%	7.996.087.416,21	60,69%	17,72%
	SUBVENCOES ECONOMICAS	2.396.365.165,68	20,37%	2.614.809.829,03	19,85%	9,12%
	CONTRIBUIÇÕES	1.741.260.440,26	14,80%	1.849.003.710,95	14,03%	6,19%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	434.034.871,96	3,69%	390.922.042,86	2,97%	-9,93%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ (INCLUINDO DE OP. INTRA-ORÇ)	331.047.460,69	2,81%	294.607.619,84	2,24%	-11,01%
	SENTENCAS JUDICIAIS	28.963.982,09	0,25%	22.426.189,90	0,17%	-22,57%
	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	2.638.650,24	0,02%	2.888.218,04	0,02%	9,46%
	LOCACAO DE MAO- DE- OBRA	6.680.787,55	0,06%	1.833.314,88	0,01%	-72,56%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	514.522,78	0,00%	321.758,50	0,00%	-37,46%
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	380.670,00	0,00%	300.411,99	0,00%	-21,08%
	MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	13.046.445,18	0,11%	75.466,80	0,00%	-99,42%
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	28.545,07	0,00%	16.397,71	0,00%	-42,56%
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	630.050,71	0,01%	6.615,99	0,00%	-98,95%
	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	40.316,75	0,00%	104,18	0,00%	-99,74%
	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	71.632,26	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	74.100,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
	SUBVENCOES SOCIAIS	930.000,00	0,01%	0,00	0,00%	-100,00%
	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	900,00	0,00%	0,00	0,00%	-100,00%
	SUBTOTAL	11.749.302.986,09	99,90%	13.173.299.096,88	99,99%	12,12%
4 -- INVESTIMENTOS	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.872.626,04	0,09%	594.473,96	0,00%	-94,53%
	AUXÍLIOS	996.554,00	0,01%	202.900,00	0,00%	-79,64%
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	249.224,91	0,00%	138.873,51	0,00%	-44,28%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PJ (INCLUINDO DE OP. INTRA-ORÇ)	0,00	0,00%	7.581,94	0,00%	-
SUBTOTAL		12.118.404,95	0,10%	943.829,41	0,01%	-92,21%
Total		11.761.421.391,04	100,00%	13.174.242.926,29	100,00%	12,01%

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC

C) Análise sintética sobre os custos dos produtos das ações orçamentárias

Quadro XI (Anexo III) – Demonstrativo de Custo do Objetivo 0726, por Ação com Execução Física.

AÇÃO	PRODUTO	UNID. MEDIDA	2016						2015					
			Qtde. Meta Atual	Qtde. Realizada (LOA)	Qtde Realizada (LOA+RAP)	Valor Dotação Atual	Custo - LOA	Custo (LOA+RAP)	Qtde. Meta Atual	Qtde. Realizada (LOA)	Qtde Realizada (LOA+RAP)	Valor Dotação Atual	Custo - LOA	Custo (LOA+RAP)
4705 -- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	5.730.579	2.141.119	2.141.146	7.145.000.000,00	6.657.935.120,60	7.301.061.067,87	2.305.874	2.305.874	2.305.874	5.867.474.795,00	5.232.823.477,07	5.580.737.220,97
20YR -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	27.548	27.468	27.470	2.281.640.000,00	2.251.880.714,02	2.439.219.811,80	31.000	26.575	26.575	2.389.928.000,00	2.220.840.828,14	2.223.659.230,95
20AE -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS NA ATENCAO BASICA EM SAUDE	MUNICIPIO APOIADO	UNIDADE	5.571	5.576	5.577	1.352.000.000,00	1.212.421.245,67	1.417.017.929,39	5.570	5.570	5.570	0,00	998.483.163,15	1.163.521.832,68
4370 -- ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS PORTADORES DE HIV E OUTRAS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE	27	27	54	1.100.000.000,00	916.093.393,27	1.139.887.146,43	27	27	54	1.101.000.000,00	860.038.195,26	1.016.934.756,14
20YS -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA MANTIDA	UNIDADE	2.000	2.000	2.000	853.072.378,00	497.371.556,06	555.696.376,45	9.600	8.050	8.050	871.400.000,00	662.078.782,90	733.321.302,56
4368 -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA POR MEIO DA AQUISICAO D	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	269.952.519	142.342.965	142.342.966	310.000.000,00	194.392.801,63	282.924.008,39	296.734.144	223.605.118	223.605.119	340.000.000,00	249.645.233,46	305.627.397,67
20AH -- ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	SERVICO APOIADO	UNIDADE	2.215	2.215	2.216	96.377.300,00	31.816.928,00	33.318.198,00	2.257	2.257	2.262	84.152.000,00	68.435.400,00	69.534.130,00
20K5 -- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	40	39	40	10.498.000,00	5.058.687,96	5.118.387,96	33	12	13	10.325.000,00	5.803.290,69	5.856.890,69
211V -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	FARMACIA IMPLANTADA	UNIDADE	34	0	0	1.700.000,00	0,00	0,00	34	0	0	1.700.000,00	0,00	0,00
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	0	0	0	0,00	0,00	0,00	19930	23005	23005	802.500	573.389.485,44	662.228.629,38
TOTAL						13.150.287.678,00	11.766.970.447,21	13.174.242.926,29				11.468.479.795,00	10.871.537.856,11	11.761.421.391,04

Fontes: Sistema de Informações de Custos (SIC)

Dados em vermelho alimentados manualmente por conta da ausência de informação no SIC

Quadro XII (Anexo III) – Demonstrativo de Custo Unitário do Objetivo 0726, por Ação.

Ação	Produto	Unidade de Medida	2015			2016		
			Custo Unit LOA	Custo Unit RAP	Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit LOA	Custo Unit RAP	Custo Unit (LOA+RAP)
20AE -- PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	179.260,89		208.890,81	217.435,66	204.596.683,72	254.082,47
20AH -- ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	SERVIÇO APOIADO	UNIDADE	30.321,40		30.740,11	14.364,30	1.501.270,00	15.035,29
20K5 -- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	483.607,56		450.530,05	129.709,95	59.700,00	127.959,70
20YR -- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO B	FARMÁCIA MANTIDA	UNIDADE	83.568,80		83.674,85	81.981,97	93.669.548,89	88.795,77
20YS -- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO B	FARMÁCIA MANTIDA	UNIDADE	82.245,81		91.095,81	248.685,78	0,00	277.848,19
211V -- ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DA REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMACI	FARMÁCIA IMPLANTADA	UNIDADE	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
4368 -- PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POR MEIO DA AQUISIÇÃO D	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	1,12		1,37	1,37	88.531.206,76	1,99
4370 -- ATENDIMENTO A POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	UNIDADE FEDERATIVA APOIADA	UNIDADE	31.853.266,49		18.832.125,11	33.929.384,94	8.288.657,52	21.109.021,23
4705 -- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENT	PACIENTE ATENDIDO	UNIDADE	2.269,34		2.420,23	3.109,56	23.819.479,53	3.409,88

Fontes: Sistema de Informações de Custos (SIC) para 2016 e alimentação manual com base no relatório de custos de 2015

- Ação 4705**

No exercício de 2016, no âmbito da ação 4705 (apoio financeiro para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência) foram propostas as seguintes metas físicas: a) nacional (medicamentos de aquisição centralizada pelo MS, ou seja, medicamentos do Grupo 1A e b) regionalizada (transferência fundo a fundo para financiamento dos medicamentos do Grupo 1B. Na meta física nacional, foram executados R\$ 6.421.999.980,00 e, na regionalizada, R\$ 722.667.321,25, totalizando R\$ 7.144.667.301,83. Para atender a responsabilidade pela oferta dos medicamentos do Grupo 1A em 2016, o Ministério da Saúde adquiriu, de forma centralizada, 54 fármacos em 83 apresentações farmacêuticas, incluindo 05 fármacos em 08 apresentações farmacêuticas de medicamentos antineoplásicos para atender parte da Política Nacional de Combate e Prevenção do Câncer, coordenada pela Secretaria de Atenção à Saúde. Desse referencial, importante destacar que as PDP contribuem significativamente para o aumento da compra centralizada, sendo adquiridos 11 fármacos destinados às doenças contempladas por este Componente e um (1) fármaco destinado a demanda da oncologia na Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer e Controle do Câncer. Ao todo, temos 16 fármacos em 29 apresentações sendo disponibilizados no SUS, via PDP. Ao todo foram distribuídos aos estados 420.588.129 unidades de medicamentos. Com essa estratégia, o SUS garantiu o acesso regular aos medicamentos indicados para o tratamento de importantes agravos inseridos no CEAF.

- Ações 20YR e 20YS**

Ação 20YR e 20YS: O Programa Farmácia Popular do Brasil atende mensalmente 8,7 milhões de pessoas nas 516 unidades da rede própria em 410 municípios brasileiros juntamente com a rede de farmácias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular que encerrou o ano de 2016 com 34.583 estabelecimentos credenciados, cobrindo 4.487 municípios. Isto representa 80% dos municípios brasileiros. Em 2014, o total de municípios atendidos era de 4.345, representando 78%. Do total de municípios atendidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, 1.644 possuem porcentagem elevada de população em extrema pobreza sendo atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM).

- **Ação 20AE**

No ano de 2016 foi realizada a transferência mensal dos recursos da União para aquisição de medicamentos e insumos, incluindo-se aqueles relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da Atenção Básica à Saúde, conforme definido na Portaria n.º 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os recursos financeiros oriundos do orçamento do Ministério da Saúde para financiar a aquisição destes medicamentos foram transferidos a cada um dos entes federativos beneficiários em parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor total anual a eles devido.

O repasse de R\$5,10 per capita foi realizado na modalidade fundo a fundo, utilizando a população estimada pelo Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2011, enviada ao Tribunal de Contas da União em 9 de novembro de 2011. Para evitar a redução no custeio, os municípios que tiveram a população reduzida nos termos do Censo IBGE 2011 em relação à população estimada nos termos do Censo IBGE 2009 tiveram os recursos federais, estaduais e municipais alocados de acordo com a estimativa do Censo IBGE 2009. Além disso, os acréscimos populacionais nos municípios, resultantes de fluxos migratórios, conforme documentos oficiais do IBGE, foram considerados para o cálculo do valor per capita a ser repassado a esses municípios, conforme pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e, se houver, Comissão Intergestores Regional (CIR). As compras centralizadas referem-se aos medicamentos para atender aos seguintes programas: Saúde da Mulher, Calamidade Pública e aquisição de insulinas NPH e regular. Desse modo, foram adquiridos pelo Ministério da Saúde aproximadamente 20 milhões de frascos de insulinas regular e NPH, 34 milhões de blisters, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher e distribuídos 106 kits para atendimento às calamidades públicas.

Finalmente, cabe destacar que os índices de eficácia e eficiência se mostraram dentro da meta esperada, tendo uma eficácia de 100% quanto ao alcance da meta física realizada. Em relação à eficiência atingiu-se 96% do previsto. Quanto ao índice de economicidade, não foi possível calculá-lo, já que as informações do exercício de 2015 não estavam disponíveis.

- **Ação 4368**

De acordo com relatório gerencial do SIAFI, em 2016 foram descentralizados (empenho e pré-empenho) R\$ 310.000.000,00, o que representou 358.545.818 unidades de medicamentos e 342.464.170 insumos. Da dotação foram empenhados R\$ 309.999.900,22 (99,99%).

Do total empenhado, observa-se que R\$ 194.392.801,63 (62,71%) foram liquidados e R\$ 248.025.005,24 (62,68%) foram pagos. A diferença entre o valor empenhado e o valor liquidado pode ser explicado pela diferença de tempo entre o empenho e a verificação de que a entrega do medicamento foi realizada. As principais causas desse fato são: (i) o contrato pode prever a entrega do medicamento em uma ou mais parcelas, de acordo com cronograma do termo de referência; (ii) após a entrega do medicamento na Central de Abastecimento de Medicamentos e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, as notas fiscais atestadas são enviadas para a área responsável pelo pagamento; (iii) no caso das entregas realizadas diretamente nas Centrais de Abastecimento Farmacêutico estaduais, as notas fiscais atestadas são enviadas à Coordenação Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos

(CGAFME/DAF/SCTIE/MS), que organiza o envio das mesmas à CGAD para confirmação das assinaturas. Posteriormente, as notas são enviadas à CEOF para que essa coordenação possa proceder ao pagamento; (iv) a contratação de produtos importados exige um maior prazo de entrega para que aconteça o embarque e as entregas para produtos importados tem prazo.

- **Ação 20AH**

Esta ação possui um recorte orçamentário destinado ao Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS. Nos quatro anos de implantação do programa, um total de 1.582 municípios do Plano Brasil sem Miséria de até 100 mil habitantes foi habilitado no Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS (Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica) contemplados com recursos de investimento e custeio para a estruturação dos serviços farmacêuticos no SUS, considerando a área física, os equipamentos, os mobiliários e os recursos humanos.

A transferência dos recursos financeiros de custeio trimestral, estabelecida nos marcos que regulamentam o Eixo Estrutura, ocorreram por meio da avaliação do envio de conjunto de dados para a Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica. No ano de 2016, com relação ao Eixo Estrutura, foi realizada a transferência dos recursos financeiros de custeio relativos a uma parcela de 2015, equivalente a R\$ 6.306.000,00 e a três ciclos relativos a 2016, equivalentes a R\$ 25.092.000,00, repassados aos municípios habilitados no Eixo Estrutura do programa Qualifar-SUS. A Portaria Ministerial que aprova o repasse referente ao 1º ciclo de monitoramento do ano de 2016 foi publicada em abril de 2016, a Portaria referente ao 2º ciclo de monitoramento do ano de 2016 foi publicada em junho de 2016 e a referente ao 3º ciclo de monitoramento do ano de 2016 foi publicada em outubro de 2016. Repasse de recursos de custeio trimestral aos municípios habilitados:

4º trimestre 2015: R\$ 6.306.000,00 repassados a 1.049 municípios do Eixo Estrutura do Qualifar-SUS habilitados no período de 2012 a 2014 (n=1.582).

1º trimestre 2016: R\$ 6.336.000,00 repassados a 1056 municípios do Eixo Estrutura do Qualifar-SUS habilitados no período de 2012 a 2014 (n=1.582).

2º trimestre 2016: R\$ 6.480.000,00 repassados a 1080 municípios do Eixo Estrutura do Qualifar-SUS habilitados no período de 2012 a 2014 (n=1.582).

3º trimestre 2016: R\$ 5.970.000,00 repassados a 995 municípios do Eixo Estrutura do Qualifar-SUS habilitados no período de 2012 a 2014 (n=1.582).

Com relação ao Eixo Educação, foram capacitados 1.140 alunos no Brasil.

No eixo informação destaca-se a publicação da Portaria nº 957, em 10 de maio de 2016, que estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Pesquisa Nacional de Acesso e Uso Racional de Medicamentos (Pnaum).

Com relação ao Eixo Cuidado, no ano de 2016, foram concluídas as etapas de modelagem do serviço nos municípios de Curitiba-PR, Betim-MG, Lagoa Santa-MG e Recife-PE, os quais participaram de um projeto piloto do Ministério da Saúde para implantação do cuidado farmacêutico. Iniciou-se o processo de elaboração de dez cadernos contendo metodologia e resultados dos projetos de cuidado farmacêutico desenvolvido nesses quatro municípios.

- **Ação 20K5**

Por meio da ação 20K5, de apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, vêm sendo apoiados, desde 2012, projetos da cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos. Os projetos desenvolvidos por Secretarias de Saúde visam estruturar e/ou consolidar Arranjos Produtivos Locais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PMF), a Assistência Farmacêutica em PMF e a desenvolver e registrar fitoterápicos da Rename por meio de laboratórios públicos. Para tanto, a SCTIE/MS publicou, entre 2012 e 2016, editais para seleção de projetos e realizou articulações diretas com SMS e SES para apoiar financeiramente tais projetos. Em 2016, foram repassados R\$ 5.058.687,96 para o desenvolvimento de 17 projetos selecionados de Secretarias de Saúde nas cinco regiões brasileiras. Outros 22 projetos foram selecionados em 2016, no entanto os recursos financeiros não foram repassados.

Quadro XIII (Anexo III) – Demonstrativo de Eficácia do Objetivo 0726, por Ação.

Ação - Descrição	Eficácia	Faixa De Atingimento - Eficácia	Qtde. Meta Atual 2016	Qtde. Realizada (LOA) 2016
20AE -- PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	1.00	EFICÁCIA EXCEDENTE	5.571	5.576
20AH -- ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	1.00	EFICAZ	2.215	2.215
20K5 -- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS NO SUS	0.98	EFICÁCIA CONTIDA	40	39
20YR -- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	1.00	EFICÁCIA CONTIDA	27.548	27.468
20YS -- MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL	1.00	EFICAZ	2.000	2.000
211V -- ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DA REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMÁCIA	0.00	INEFICAZ	34	0
4295 -- ATENÇÃO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS HEMATOLÓGICAS	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
4368 -- PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POR MEIO DA AQUISIÇÃO D	0.53	EFICÁCIA CONTIDA	269.952.519	142.342.965
4370 -- ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	1.00	EFICAZ	27	27
4705 -- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	0.37	INEFICAZ	5.730.579	2.141.119

Esclarecimentos para Indicadores de Eficácia, segundo SCTIE.

Ação 211V

Quanto à Ação 211V, inexistiu execução orçamentária, assim como o alcance da meta física se mostrou nulo. Em 2016, não houve implantação de unidades da Rede Própria do Programa Farmácia Popular do Brasil por não se tratar de ação prioritária. Diante do exposto, foi priorizada a ação 20YR, garantindo o ressarcimento às farmácias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular dos medicamentos para o tratamento de hipertensão, diabetes e asma, os quais são gratuitos aos usuários.

Ação 4705

Os dados informados na meta física de janeiro a junho de 2016 foram superestimados. Para o cálculo da meta física são retiradas informações das APAC de medicamentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) para o ano de 2016. Quando foi solicitada as informações para a construção da meta física em julho de 2016, o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) ainda não tinha disponibilizado as informações referente ao mês de junho. Desse modo a CGCEAF coletou informações do número de pacientes de janeiro a maio de 2016 e para o mês de junho/2016 foi estimado um percentual de pacientes baseado na proporção apresentada nos intervalos de janeiro a maio.

Hoje, com a base de dados contendo informações de janeiro a novembro de 2016, observou-se que a estimativa realizada foi superestimada, visto que o número de usuários não acompanhou o crescimento encontrado de janeiro a maio de 2016. O quadro abaixo retrata a diferença entre a estimativa e o valor real do número de pacientes tratados no CEAF até o mês de junho/2016.

Quadro XIV (Anexo III) – Demonstrativo de Eficiência do Objetivo 0726, por Ação.

Ação - Descrição	Eficiência	Faixa De Atingimento - Eficiência	Soma de Gasto Unit Prev 2016	Soma de Custo Unit (LOA+RAP)
20AE -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	0.96	EFICIÊNCIA CONTIDA	242.685	254.082
20AH -- ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	2.89	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	43.511	15.035
20K5 -- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	2.05	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	262.450	127.960
20YR -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	0.93	EFICIÊNCIA CONTIDA	82.824	88.796
20YS -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	1.54	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	426.536	277.848
211V -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	50.000	0
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	DADOS INSUFICIENTES	DADOS INSUFICIENTES	0	0
4368 -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA POR MEIO DA AQUISICAO D	0.58	EFICIÊNCIA CONTIDA	1	2
4370 -- ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	1.93	EFICIÊNCIA EXCEDENTE	40.740.741	21.109.021
4705 -- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS	0.37	INEFICIENTE	1.247	3.410

Esclarecimentos para Indicadores de Eficiência, segundo SCTIE.

Ação 20AH

A ação orçamentária não foi executada na sua totalidade devido ao limite orçamentário/bloqueio revisado pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) com base no limite estabelecido para o Ministério da Saúde. O repasse dos recursos de custeio aos Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS dos anos de 2012, 2013 e 2014, relativos ao quarto ciclo de monitoramento de 2015 e primeiro, segundo e terceiro ciclos de monitoramento de 2016, conforme Portarias 141/2016, 618/2016, 1234/2016 e 1848/2016. Além disso, não houve pactuação de Portaria para habilitação de novos municípios ao Programa QUALIFAR-SUS no ano 2016.

Ação 20K5

Dos 40 projetos previstos para 2016 foram apoiados somente 17, tendo repasse fundo a fundo, de recursos de custeio e capital, conforme Portarias GM/MS nº 1.835/2015 (R\$ 3.994.473,96) e nº 1.850/2016 (R\$ 1.064.214,00), para estruturação e desenvolvimento da cadeia produtiva em plantas medicinais e fitoterápicos, em municípios e estados, e também repasse de recursos de capital por meio de convênio para Unicamp (R\$ 221.500,00).

Os outros 22 projetos estão aguardando autorização para publicação de portaria de habilitação e repasse do recurso (R\$ 5.209.120,00). Os valores para nova Portaria seriam: R\$ 4.220.000,00 em custeio e R\$ 989.120,00 em capital.

Houve um crédito bloqueado pela Subsecretaria de Planejamento Orçamentário (SPO/SE) no valor de R\$ 8.686,00 de custeio, desbloqueado em 31/12/2016, devido ao limite de empenho do Ministério da Saúde. Este crédito ficou à disposição do MS para ações prioritárias.

Ação 20YS

Em virtude da publicação da Lei nº 13.398, de 21/12/2016 - DOU Seção 01, pág. 4, foram mantidos os co-pagamentos programados para o ano de 2016, e a suplementação de R\$ 300.000.000,00, destinada ao financiamento das fraldas para pessoas com deficiência, que previam o atendimento de agosto a dezembro. Porém o mesmo não foi utilizado devido a liberação do recurso ter ocorrido somente no final do mês de dezembro de 2016.

Ação 4705

Os gastos unitários previstos ficaram abaixo do custo unitário, pelo fato da estimativa de pacientes a serem atendidos foi superestimada. Os dados informados na meta física de janeiro a junho de 2016 foram superestimados. Para o cálculo da meta física são retiradas informações das APAC de medicamentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) para o ano de 2016. Quando foi solicitada as informações para a construção da meta física em julho de 2016, o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) ainda não tinha disponibilizado as informações referente ao mês de junho. Desse modo a CGCEAF coletou informações do número de pacientes de janeiro a maio de 2016 e para o mês de junho/2016 foi estimado um percentual de pacientes baseado na proporção apresentada nos intervalos de janeiro a maio.

Quadro XV (Anexo III) – Demonstrativo de Economicidade do Objetivo 0726, por Ação.

Ação - Descrição	Economicidade	Faixa De Atingimento - Economicidade	2016	2015
			Custo Unit (LOA+RAP)	Custo Unit (LOA+RAP)
20AE -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	0,82	ECONOMICIDADE CONTIDA	254.082,47	208.890,81
20AH -- ORGANIZACAO DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA NO SUS	2,04	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	15.035,29	30.740,11
20K5 -- APOIO AO USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPICOS NO SUS	3,52	ECONOMICIDADE EXCEDENTE	127.959,70	450.530,05
20YR -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	0,94	ECONOMICIDADE CONTIDA	88.795,77	83.674,85
20YS -- MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA FARMACIA POPULAR DO BRASIL	0,33	SEM ECONOMICIDADE	277.848,19	91.095,81
211V -- ESTRUTURACAO DE UNIDADES DA REDE PROPRIA DO PROGRAMA FARMACIA	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
4295 -- ATENCAO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENCAS HEMATOLOGICAS	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO	SEM INFORMAÇÃO
4368 -- PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA POR MEIO DA AQUISICAO D	0,69	ECONOMICIDADE CONTIDA	1,99	1,37
4370 -- ATENDIMENTO A POPULACAO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DOS	0,89	ECONOMICIDADE CONTIDA	21.109.021,23	18.832.125,11
4705 -- APOIO FINANCEIRO PARA AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTO	0,71	ECONOMICIDADE CONTIDA	3.409,88	2.420,23

Esclarecimentos para Indicadores de Economicidade, segundo SCTIE.

Ação 20YR

Em 2016, foram mantidas às farmácias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular, para distribuição dos medicamentos para o tratamento de hipertensão, diabetes e asma, os quais são gratuitos aos usuários. Apesar de não ter sido aberto o credenciamento para novas Farmácias/Drogarias no ano de 2016, os descredenciamentos realizados que houveram não interferiram na meta estabelecida.

Ação 20YS

Em virtude da publicação da Lei nº 13.398, de 21/12/2016 - DOU Seção 01, pág. 4, foram mantidos os co-pagamentos programados para o ano de 2016, e a suplementação de R\$ 300.000.000,00, destinada ao financiamento das fraldas para pessoas com deficiência, que previam o atendimento de agosto até dezembro. Porém o mesmo não foi utilizado devido a liberação do recurso ter ocorrido somente no final do mês de dezembro de 2016.

Ação 20AH

A economicidade excedente apresentada em 2016 relativa à ação orçamentária 20AH ocorreu devido à dificuldade de execução orçamentária na sua totalidade, já que o número de municípios previsto para novas habilitações não foi alcançado. Entretanto, foi mantido o apoio aos municípios já habilitados, para os quais foram realizados repasses dos recursos de custeio para a manutenção da estruturação da assistência farmacêutica. Esse apoio está relacionado à implementação do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS.

Ação 20K5

A ação 20K5 apresentou economicidade excedente devido à dificuldade de execução dos projetos previstos para 2016. Dentre os 40 projetos previstos para 2016 foram apoiados somente 17, tendo repasse fundo a fundo, de recursos de custeio e capital, conforme Portarias GM/MS nº 1.835/2015 (R\$ 3.994.473,96) e nº 1.850/2016 (R\$ 1.064.214,00), para estruturação e desenvolvimento da cadeia produtiva em plantas medicinais e fitoterápicos, em municípios e estados, e também repasse de recursos de capital por meio de convênio para Unicamp (R\$ 221.500,00).

Os outros 22 projetos estão aguardando autorização para publicação de portaria de habilitação e repasse do recurso (R\$ 5.209.120,00). Os valores para nova Portaria seriam: R\$ 4.220.000,00 em custeio e R\$ 989.120,00 em capital.

Houve um crédito bloqueado pela Subsecretaria de Planejamento Orçamentário (SPO/SE) no valor de R\$ 8.686,00 de custeio, desbloqueado em 31/12/2016, devido ao limite de empenho do Ministério da Saúde. Este crédito ficou à disposição do MS para ações prioritárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as informações apresentadas no presente relatório, cabe tecer algumas considerações a fim de proporcionar maior clareza à metodologia aplicada e aos resultados apurados.

Primeiramente, destaca-se que os valores que compuseram esta PCPR foram extraídos do Sistema de Informações de Custos (SIC), sendo que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) parametrizou e disponibilizou os relatórios no SIC, cabendo ao Ministério gerá-los e avaliar os valores disponibilizados. Dessa forma, foi preservado todo o modelo conceitual, estrutural e de regras de negócio consolidados no SIC quando referentes à métrica de custos.

A Setorial de Custos acredita que o tópico gestão de custos, no âmbito desta pasta ministerial, precisa ser discutido, estudado e implementado com o objetivo de se alcançar outros resultados, diferentes dos apresentados no momento pelo SIC, que subsidiem efetivamente a tomada de decisão. Entende-se também que a métrica de custo, utilizada atualmente pelo SIC para compor a PCPR, necessita de um tratamento que a faça se aproximar dos conceitos de custos já consolidados pela doutrina. Nesse sentido, a STN vem avaliando e formatando uma nova métrica de custo, conforme exposições feitas nos Congressos e Encontros promovidos pela própria STN.

Ressalta-se que diante da estrutura orçamentária adotada atualmente, onde as ações possuem um produto, não seria prudente tirar conclusões definitivas acerca dos valores expostos para custos totais da ação e custos unitários dos respectivos produtos, cabendo reavaliação principalmente sobre a metodologia dos Custos (LOA + RAP). Nota-se também que os custos das ações não contemplam as despesas com pessoal que, direta ou indiretamente, colaboram para atingimento dos objetivos e das metas das ações, por meio das atividades executadas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio do Ministério da Saúde, cabendo dessa forma, na nossa visão, uma discussão de avaliação dessa metodologia de apropriação dos custos das ações do governo.

Entende-se ainda que o tempo e o período dado para elaboração do relatório precisam ser reavaliados e, se possível, melhores ajustados pela CGU, uma vez que coincide com outras demandas, a exemplo do Relatório de Gestão para o Tribunal de Contas da União, que envolvem áreas do mesmo perfil para formalizar as respostas, além da disponibilização tardia dos relatórios do Anexo III da PCPR/Relatórios de Custos por meio do SIC, sendo este dependente da disponibilização da informação que provém do SIOP. No caso específico do Ministério da Saúde, complexo pela estrutura e temática, percebe-se essa necessidade maior para análise mais apurada sobre os resultados obtidos sob a ótica da incipiente temática da gestão de custos aplicada ao setor público.

Sendo assim, acredita-se que os resultados apurados nesta PCPR são uma grande iniciativa na consolidação das informações de custos no âmbito do setor público, apesar de suas limitações, cabendo aos órgãos, entidades e sociedade envolvidas nesse processo buscarem o desenvolvimento dessa importante ferramenta, aplicando cada vez mais os princípios e fundamentos da contabilidade e da boa gestão, na busca constante de instrumentalizar controle social.